



Impedir mais mortes no mediterrâneo

Aprovado relatório de Carlos Coelho sobre missões marítimas da Frontex

Pg. 7



POR PORTUGAL !

Nas instituições europeias temos a responsabilidade de **promover o interesse europeu**. De tudo fazer para que a UE funcione bem e responda aos anseios dos cidadãos europeus.

Mas, sobretudo no Parlamento Europeu, cabe-nos também a obrigação de representarmos os nossos eleitores. De defendermos os legítimos interesses nacionais, de **lutarmos por Portugal**.

Nesta última *Carta da Europa* antes das eleições, chamamos a atenção para alguns desses combates.

Ao reclamarmos fundos, ao combatermos o desemprego, ao darmos visibilidade aos produtos portugueses, ao defendermos os nossos interesses vitais, **os eleitos do PSD honraram o seu compromisso de lutar pela Europa e por Portugal**.

Nuno Teixeira: Exemplo de sucesso na defesa do interesse nacional

Pg. 6

Prioridade é o combate ao desemprego



Regina Bastos em Estrasburgo

Pg. 11

José Manuel Fernandes leva lenços de namorados a Bruxelas

Pg. 14

Carlos Coelho:

“Se a Suíça viola compromissos tudo deve voltar à estaca zero”

Lamento o resultado do referendo suíço que prevê a introdução de quotas anuais para os imigrantes da União Europeia e o princípio da preferência pelo trabalhador nacional em relação aos trabalhadores oriundos de países da UE.

A Suíça cedeu a pressões populistas e demagógicas que, infelizmente, se têm vindo a espalhar pela Europa, assistindo-se a um crescimento de sentimentos anti-imigração.

É para mim claro que essa decisão põe em causa o acordo bilateral, assinado em 1999, com a União Europeia, que permitiu que desde 2002 exista liberdade de circulação entre a Suíça e a União Europeia.

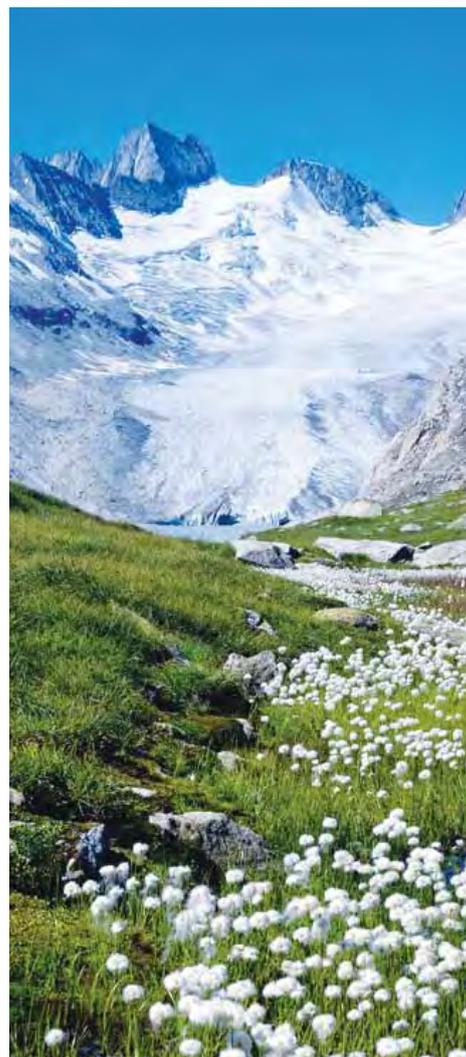
A participação no mercado único não permite uma escolha “à la carte”. Os suíços têm de perceber que as quatro liberdades – de circulação de pessoas, de bens, de capitais e de serviços – são indissociáveis. Espero que a Suíça tenha consciência das consequências que tal decisão poderá acarretar, especialmente tendo em conta que 56% das exportações Suíças são para a União Eu-

ropeia e 80% das suas importações provêm igualmente da EU.

Não existe margem possível para qualquer tipo de negociações e a Suíça não pode mudar as regras estabelecidas de forma unilateral.

A livre circulação é um direito fundamental que não pode ser sujeito a restrições, sendo um dever comum quer das instituições europeias, quer dos Estados-Membros de proteger esse direito. A Comissão Europeia, enquanto guardiã dos Tratados, já avisou a Suíça e terá de defender este direito fundamental até às últimas consequências. Espero que a Comissão Europeia seja firme e não ceda, não apenas porque há cidadãos comunitários que irão sofrer (entre os quais portugueses) mas porque os acordos são para cumprir.

Se a Suíça viola os compromissos que assinou tudo deve voltar à estaca zero na relação entre a Suíça e a UE, incluindo os acordos comerciais e a sua pertença ao espaço Schengen. 



Regina Bastos afirma que a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens continua a ser uma ambição por cumprir

No debate sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens na União Europeia, na Sessão Plenária em Estrasburgo, a Deputada Regina Bastos denunciou que “os direitos das mulheres e a igualdade de oportunidades continuam a ser uma ambição por cumprir”.

Regina Bastos sublinhou ainda que “lamentavelmente apesar das mulheres mais jovens serem mais diplomadas do que os homens, isso não significa que estejam

mais bem representadas e tenham uma justa e equilibrada representação nos processos de decisão económica. Pelo contrário, as mulheres continuam a estar em maioria nos empregos precários”.

A Eurodeputada do PSD destacou uma desigualdade “entre tantas que prejudicam as mulheres e envergonham a nossa sociedade: a persistência de um fosso salarial de mais de 16%, que representa 60 dias de trabalho não remunerado para as mu-

lheres, e a desigualdade na promoção das carreiras profissionais, que não pode ser tolerada na Europa do século XXI”.

Ao terminar a sua intervenção Regina Bastos referiu que “a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar é uma condição essencial para eliminar os obstáculos que as mulheres enfrentam no acesso ao mercado de trabalho e para que a igualdade entre os géneros seja uma realidade”. 

“Eleições vão reforçar legitimidade da Comissão”

O relatório de iniciativa sobre a aplicação do Tratado de Lisboa no que diz respeito ao Parlamento Europeu foi aprovado no Parlamento Europeu.

“Este relatório tinha 3 objectivos transversais: reforçar a legitimidade democrática da Comissão Europeia, reforçar a aplicação do princípio da separação de poderes na União e aumentar a capacidade de controlo do Parlamento Europeu. Creio que os objectivos foram atingidos: é um contributo que deixo no final de mandato para o reforço da sustentabilidade do processo democrático da União Europeia.”

O relatório sublinha a necessidade de reforçar a legitimidade democrática da Comissão, a sua independência e o seu carácter político.

Paulo Rangel acrescenta que o novo procedimento segundo o qual o Presidente da Comissão é eleito pelo Parlamento Europeu irá **fortalecer o papel e a legitimidade política da Comissão** e fará com que as eleições europeias se tornem mais decisivas já que ligam a escolha dos cidadãos nas eleições para o Parlamento Europeu mais directamente à eleição do Presidente da Comissão.

O relatório aprovado em Estrasburgo sugere que a próxima Convenção deve considerar a forma pela qual a Comissão é constituída a fim de reforçar a sua legitimidade democrática e propõe que o Presidente da próxima Comissão equacione de que forma a composição e a definição de prioridades políticas pode reforçar a aproximação da política aos cidadãos.

Paulo Rangel sugere ainda que, tanto quanto possível, haja mais Deputados entre os novos comissários e considera que o Presidente eleito da Comissão deverá ter mais autonomia no processo de selecção dos outros membros do Comissão.

Paulo Rangel afirma ainda que para dar maior eficácia ao funcionamento da Comissão, e tendo em conta a decisão do Conselho relativa ao número de comissários, devem prever-se instrumentos adicionais, tais como a nomeação de **“Comissários**



“Este relatório tinha 3 objectivos transversais: reforçar a legitimidade democrática da Comissão Europeia, reforçar a aplicação do princípio da separação de poderes na União e aumentar a capacidade de controlo do Parlamento Europeu. Creio que os objectivos foram atingidos: é um contributo que deixo no final de mandato para o reforço da sustentabilidade do processo democrático da União Europeia.”

sem pasta” ou o estabelecimento de um sistema de Vice-Presidentes da Comissão com responsabilidades temáticas mais abrangentes e com competências para coordenar o trabalho da Comissão nas áreas correspondentes.

Paulo Rangel sublinha, no entanto, que estes instrumentos devem ser implementados no **respeito pelo direito de nomeação de um comissário por Estado-Membro** e o direito do voto de todos os membros da Comissão. 

Dia Europeu do 112: Carlos Coelho critica Vice-Presidente da Comissão Europeia e apela a desenvolvimentos urgentes na promoção do Número de Emergência Europeu

Por ocasião da celebração do **Dia Europeu do 112** Carlos Coelho subscreveu uma Carta aberta criticando a Vice-Presidente Neelie Kroes e sublinhando a insuficiência de medidas na implementação do 112 por parte da Comissão Europeia responsável pela matéria.

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou desde o início esta iniciativa sendo Membro fundador da Plataforma **"MEP 112 Champions"** em que os Deputados se comprometem a apoiar e promover a utilização eficiente número europeu de emergência 112 no seu país.

O eurodeputado dirigiu, conjuntamente com outros 3 colegas de Parlamento, fortes críticas ao insuficiente e lamentável trabalho da Comissão Europeia neste domínio sublinhando mais uma vez a importância da localização de chamadas em situação de emergência. **"Muitas vidas poderiam ter sido salvas se houvesse localização e informação exacta das vítimas! A burocracia na regulação desta matéria e falta de recursos alocados à sua promoção têm consequências gravíssimas na vida dos cidadãos europeus"**, afirmou Carlos Coelho em Bruxelas.

O Dia Europeu 112 foi este ano organizado sob o lema **"Conheça o seu Operador"**. Os operadores de atendimento telefónico do 112 respondem a mais de 320 milhões de chamadas de emergência em toda a União Europeia das quais mais de metade são brincadeiras ou falsas emergências. No sentido de aumentar a visibilidade do 112 e diminuir este tipo de falsas chamadas, um conjunto de países europeus está a organizar apresentações sobre o 112 nas escolas e nos centros de emergência dadas pelos próprios operadores telefónicos.

O 112 é o número de emergência europeu para o qual se pode telefonar gratuitamente a partir de telefones fixos e móveis, em qualquer ponto da União Europeia e na Suíça. O 112 liga a pessoa que telefona a um serviço de emergência (polícia local, bombeiros ou serviços médicos) e permite-lhe falar com um operador em várias línguas europeias à escolha. Está disponível **24 horas por dia, sete dias por semana.** 



Carlos Coelho afirma "Muitas vidas poderiam ter sido salvas se houvesse localização e informação exacta das vítimas! A burocracia na regulação desta matéria e falta de recursos alocados à sua promoção têm consequências gravíssimas na vida dos cidadãos europeus".

Comemoramos o Dia Internacional da Mulher

Mensagem de Regina Bastos



A persistência de um fosso salarial de 16,4%, ou seja cerca de 60 dias de trabalho não remunerado e a desigualdade na promoção das carreiras profissionais é um escândalo na Europa no século XXI.

Como mensagem para este dia quero sublinhar que a promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres é uma missão primordial dos Governos, da União Europeia e de todos os Cidadãos. A Igualdade para as Mulheres significa Progresso para todos.

A persistência de estereótipos, a desvalorização do trabalho das mulheres e as dificuldades em conciliar a vida profissional e privada são as causas das desigualdades que precisam de ser combatidas e eliminadas.

Em média, as mulheres mais jovens são mais diplomadas do que os homens e continuam a estar injustificadamente

em maior número nos empregos precários e a tempo parcial.

Apenas uma em 6 mulheres integra o Conselho de administração das maiores empresas cotadas em Bolsa na Europa. Temos que continuar a combater a sub-representação das mulheres nas decisões económicas e políticas.

O contributo das mulheres para a competitividade e para o crescimento da economia europeia não pode ser desperdiçado.

A conciliação entre a vida profissional e a vida privada é uma condição essencial para eliminar os obstáculos que as mulheres enfrentam no acesso ao mercado de trabalho e para que a Igualdade entre os Géneros seja uma realidade.

Juntos, mulheres e homens, temos o dever de participar na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada para todos. 

Mário David eleito para presidir a Delegação do Parlamento Europeu ao Qatar

O Eurodeputado social-democrata Mário David foi eleito em Estrasburgo para presidir à Delegação Ad Hoc do Parlamento Europeu que se deslocou ao Qatar entre 22 a 25 de Março para avaliar a situação dos trabalhadores migrantes naquele país.

No seguimento de diversas queixas relacionadas com as condições de vida e de trabalho dos imigrantes que constroem as

instalações desportivas para o Campeonato do Mundo de Futebol de 2022, o Parlamento Europeu decidiu o envio de uma delegação composta por 7 eurodeputados.

Durante a visita, a Delegação foi recebida pelo Emir do Qatar, Sheikh Tamin bin Hamad Al Thani, e teve encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Khalid Al-Attayah, com o Presidente do Parlamento, com o Comité Nacional dos Direitos Hu-

manos, com o Centro de Media de Doha, a Fundação para o Combate do Tráfego de Seres Humanos e com a Fundação para a Proteção de Mulheres e Crianças.

Os Deputados Europeus tiveram também encontros com a Central Sindical do Qatar, com Associações Empresariais, ONGs e visitaram obras em curso em Doha, bem como os campos residenciais dos trabalhadores migrantes. 

Aprovado o relatório sobre a optimização do potencial das RUP

O Documento afirma que sinergias entre fundos estruturais e outros programas da UE são vitais para melhorar o nível de desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas.

Foi aprovado em plenário do Parlamento Europeu, em Bruxelas, o projecto de relatório sobre otimizar o potencial das Regiões Ultraperiféricas (RUP), criando sinergias entre os fundos estruturais da União Europeia e outros programas da UE.

Este relatório, no qual o **Deputado ao Parlamento Europeu Nuno Teixeira foi nomeado relator-sombra pelo Partido Popular Europeu**, propõe uma **mudança na abordagem em relação às RUP**, de forma a promover e a permitir o seu desenvolvimento sustentável. Para tal, são elencadas no relatório formas de **criar sinergias entre os fundos estruturais e da Política de Coesão com outros programas da União Europeia**. Urge que seja feita uma articulação entre os fundos estruturais com o **Programa Horizonte 2020, Energia 2020, LIFE+, Erasmus e com as redes europeias de transporte e de telecomunicações. A Política Agrícola Comum, a Política Comum das Pescas, o mercado interno da União, a política externa, os programas COSME e Microfinanciamento "Progress"**, devem também ser articulados no mesmo sentido, de forma a possibilitar às RUP tirar o máximo de partido das possibilidades existentes no contexto europeu.

"Estou bastante contente com o resultado. Este documento reflecte a necessidade de melhor incluir as RUP no mercado interno, recordando não só a importância de se adoptarem medidas particulares que tenham em conta as especificidades destas regiões, mas também e sobretudo a possibilidade de se melhorar a articulação entre os vários meios de financiamento e programas da UE," disse o Deputado Nuno Teixeira após aprovação do documento.



"Estou bastante contente com o resultado. Este documento reflecte a necessidade de melhor incluir as RUP no mercado interno, recordando não só a importância de se adoptarem medidas particulares que tenham em conta as especificidades destas regiões, mas também e sobretudo a possibilidade de se melhorar a articulação entre os vários meios de financiamento e programas da UE," disse o Deputado Nuno Teixeira.

O documento, além de salientar a importância dos programas existentes, chama também a atenção para **programas que actualmente ainda não existem nas RUP**, como é o caso de um **programa específico para a energia**, que já tinha sido **sugerido e defendido pelo Eurodeputado Nuno Teixeira em Março de 2012 no seu relatório sobre "O papel da Política de Coesão nas RUP da União Europeia no contexto da "Estratégia 2020"**.

Remetendo para o artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o **Deputado Nuno Teixeira salienta que**

"este não é um documento que privilegia ou concede um tratamento preferencial às RUP, é sim, um documento que sensibiliza para a necessidade de um tratamento integrador."

E acrescenta: *"É um documento vital, pois surge no início do novo período programático e financeiro 2014-2020, e reforçando a atenção dada às RUP devido às suas especificidades geográficas, geoeconómicas e climáticas. Já não basta defender e salvaguardar as RUP, há que **promovê-las na União de modo a se tornarem sustentáveis em pleno**"* 

Pôr cobro à tragédia no Mediterrâneo, Prevenir mais mortes no mar

Aprovado Relatório Coelho sobre as operações marítimas da Frontex

Depois de grande resistência por parte de alguns Estados-Membros (havia uma minoria de bloqueio no Conselho) o Relator do Parlamento Europeu, o português Carlos Coelho obteve um improvável compromisso que estabelece regras obrigatórias sobre busca e salvamento regulando a forma como os guardas de fronteira que servem em operações marítimas da Frontex devem lidar com os imigrantes e onde é que eles devem ser desembarcados.

O texto aprovado pela Comissão Parlamentar das Liberdades Cívicas respeitou o acordado pelos negociadores do Parlamento e do Conselho em 11 de Fevereiro passado que se reuniram em trólogo sob a presidência de Carlos Coelho com a participação do Embaixador Sotiropoulos em representação da Presidência e de Belinda Pyke da Comissão Europeia.

“Os principais objectivos que definimos no PE foram cumpridos: temos regras obrigatórias sobre as operações de busca e salvamento e na identificação de migrantes interceptados no mar, excluimos a possibilidade de “pushback” em alto-mar e reforçámos o princípio de não repulsão. Estas novas regras permitirão ao Frontex responder de forma mais eficaz e evitar mais mortes no mar”, disse o relator Carlos Coelho.

Normas obrigatórias sobre busca e salvamento

O texto define diversas “fases de emergência” para as operações de busca e salvamento e atribui às unidades que participam em operações da Frontex um dever claro de salvar vidas. As novas regras sobre as operações de busca e salvamento e o desembarque de imigrantes aplicar-se-ão às operações que são coordenadas pela Frontex. Elas porão cobro à confusão criada por diferentes interpretações da lei e práticas internacionais dos diferentes Estados-Membros da UE.

Identificar os migrantes interceptados

O “plano operacional” que rege as operações de vigilância das fronteiras Frontex passa a incluir procedimentos para assegurar que **as pessoas**



que necessitam de protecção internacional, as vítimas de tráfico de seres humanos, os menores não acompanhados e outras pessoas vulneráveis são identificados e recebem ajuda adequada. Só depois dos migrantes serem identificados podem ser tomadas possíveis medidas coercivas (as regras de identificação são obrigatórias, as restantes são opcionais).

Os direitos fundamentais e o princípio de não repulsão

O Parlamento Europeu reforçou o respeito pelo princípio da “não-repulsão”, que estabelece que os indivíduos não devem ser devolvidos ao país de origem ou a qualquer outro país onde há um risco de perseguição, tortura ou outras ofensas graves. As operações de desembarque num país terceiro de pessoas interceptadas ou socorridas terá que seguir procedimentos precisos (relativas à identificação das pessoas, avaliação das circunstâncias, informação sobre o local de desembarque, etc.). Todas estas ações estarão sujeitas a inspecção.

“Ainda que nenhum migrante até agora tenha sido desembarcado num país terceiro como parte de uma operação da Frontex, é necessário estabelecer regras rígidas para garantir que, se isso acontecer, é feito em plena conformidade com o princípio da não repulsão e no respeito pelos direitos fundamentais das pessoas”, disse Carlos Coelho.

Não “pushback” em alto-mar

A disposição que permitia operações de “pushback” em alto-mar (em flagrante violação com o direito internacional como Carlos Coelho denunciou) foi retirada do texto. A única possibilidade que resta é “avisar” o navio para não entrar nas águas territoriais de um Estado-Membro e “ordenar-lhe” que altere a sua rota.

Salvar pessoas em perigo não deve ser um crime

“O comandante e a tripulação de qualquer barco não devem enfrentar sanções penais pelo facto de terem socorrido pessoas em perigo no mar e os terem levado a um lugar seguro”, diz um recital do texto acordado referindo-se aos Estados como a Itália que ainda dispõem de normas que penalizam os que, ao abrigo do direito humanitário, salvam náufragos e os trazem para terra.

Reforçar a solidariedade e a partilha de responsabilidades

Tal como foi solicitado pelo relator, o texto reitera que os Estados-Membros que enfrentam uma pressão migratória podem ativar várias ferramentas de solidariedade (incluindo recursos humanos, técnicos e financeiros), no caso de um súbito afluxo de migrantes.

Grande maioria em Estrasburgo

O relatório foi aprovado no plenário de Estrasburgo por 528 votos a favor, 46 contra e 88 abstenções. 

Regina Bastos no plenário de Estrasburgo: “dar resposta ao desemprego jovem é o desafio social mais importante da União Europeia”

Ao Impulso Jovem vai suceder o novo programa da União Europeia, “*Garantia Jovem*” que abrangerá não só os jovens desempregados, mas também os jovens entre os 15 e os 30 anos que não estejam a trabalhar, na escola ou em programas de formação.

A deputada do PSD ao Parlamento Europeu **Regina Bastos** defendeu que “**dar resposta ao desemprego jovem é o desafio social mais importante da União Europeia**”. Falando no debate sobre a Implementação da Garantia Jovem, que teve lugar na sessão plenária em Estrasburgo, a *parlamentar social-democrata* sublinhou que “**essa resposta deve ser eficaz e é urgente**”.

Na sua intervenção, *Regina Bastos* referiu que “**não podemos abandonar os nossos jovens e não podemos desperdiçar os nossos recursos humanos e os nossos talentos, nem nos podemos resignar com o facto da geração mais qualificada de sempre ser afastada e não lhe ser permitido participar no crescimento económico de que a Europa tanto necessita**”.

Regina Bastos sublinhou ainda que “*Portugal é um dos Estados-Membros com este problema e tem-lhe dado resposta. Elaborou o programa Impulso Jovem, que vigorou até ao final de 2013, envolveu mais de 90 mil jovens e 67 % destes jovens foram abrangidos por estágios e conseguiram entrar para o mercado de trabalho*”.

Ao terminar a sua intervenção, *Regina Bastos* referiu que “*este programa vai permitir dar cerca de 400 mil respostas de formação, educação e emprego para os jovens portugueses nos próximos anos e vai envolver 1.300 milhões de euros*”. 



Eurodeputada Patrão Neves intervém em Sessão Plenária sobre as acções específicas da Política Comum das Pescas para a evolução do papel das mulheres

A Eurodeputada social-democrata Maria do Céu Patrão Neves fez uma intervenção na Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo sobre as acções específicas da Política Comum das Pescas para a evolução do papel das mulheres, destacando a enorme importância do reconhecimento, visibilidade e valorização do papel feminino nas pescas.

A intervenção da Eurodeputada Patrão Neves encontra-se transcrita no texto abaixo:

“A mulher tem desempenhado um papel fundamental na fileira do pescado, não só no processamento e comercialização dos produtos da pesca, mas também na pesca, marisqueio e aquacultura, e ainda na preparação e manutenção de artes de pesca e captura de isco. E, todavia, o seu papel socioeconómico é pouco visível e as cerca de 100.000 mulheres registadas como trabalhadoras na fileira do pescado representam apenas um valor estatístico distante da realidade feminina neste sector.

O presente relatório contribui para a valorização e visibilidade do papel feminino nas pescas, bem como para a necessidade do reforço de medidas de protecção social e laboral, formação e valorização profissional, e ainda a participação nos processos de tomada de decisão.

Para tal, considero também fundamental a mobilização e participação em associações de mulheres, bem como a sua articulação e funcionamento em rede, visando promover o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de projectos promovidos pelas mulheres da pesca, que contemplem componentes actualmente indispensáveis para o sucesso deste tipo de iniciativas, nomeadamente a formação, inovação, diversificação e valorização.” 

Rangel, Albuquerque e Portas

**oradores
das Jornadas
Parlamentares
do PPE
em painéis sobre
“confiança e
crescimento”**

Para além da intervenção do Primeiro-Ministro português, **Pedro Passos Coelho**, no Congresso do PPE em Dublin, Portugal esteve representado nas jornadas parlamentares do PPE por 3 Portugueses oradores em painéis sobre “*confiança e crescimento*” nos quais participaram também os 3 pré-candidatos PPE à presidência da comissão europeia.

Paulo Rangel em painel de **Jean-Claude Juncker**, **Maria Luis Albuquerque** em painel de **Valdis Dombrovskis** e **Paulo Portas** em painel de **Michel Barnier**.

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-presidente do Grupo PPE e actual cabeça de lista da coligação “Aliança Portuguesa” às eleições europeias de 2014, **Paulo Rangel**, interveio no painel que abriu as jornadas intitulado “**Restabelecer a confiança na Europa**”, e que teve como orador principal o antigo presidente do Eurogrupo e candidato a presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**. A intervenção decorreu **no dia 6 de Março**.

A Ministra de Estado e das Finanças, **Maria Luis Albuquerque**, interveio no painel sobre “**Crescimento e recuperação**” que teve como orador principal o antigo Primeiro-Ministro da Letónia, **Valdis Dombrovskis**. A intervenção decorreu **no dia 6 de Março**.

O Vice-Primeiro Ministro, Paulo Portas, interveio no painel intitulado “**Relançar a economia social de mercado**” que teve como orador principal o actual comissário e candidato a presidente da Comissão Europeia, **Michel Barnier**. A intervenção decorreu **no dia 7 de Março**. 



“Restabelecer a confiança na Europa”, “crescimento e recuperação” e “relançar a economia social de mercado” são os temas dos painéis em que intervieram, respectivamente Paulo Rangel, Maria Luis Albuquerque e Paulo Portas, os políticos portugueses foram convidados para participar nas jornadas parlamentares do Grupo PPE.



Educação fundamental

para um país mais competitivo e com mais emprego

José Manuel Fernandes assume confiança no futuro de Portugal no contexto da Estratégia Europa 2020, em debate com Marisa Matias (BE) sobre Educação, na Universidade do Minho. Contra semblantes negativos e agoiros de desgraça, o eurodeputado José Manuel Fernandes defendeu, na Universidade do Minho, em Braga, que a educação e a qualificação das novas gerações devem ser encaradas como uma mais-valia para assegurar a construção de um país sustentado num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. *"Neste mundo global, temos de ser competitivos. E só com mais conhecimento e investigação científica podemos vencer à escala global, assegurando um crescimento que, além de mais inteligente, seja também sustentável e inclusivo, criando emprego e não deixando ninguém para trás, tal como defende a Estratégia Europa 2020"*, afirmou José Manuel Fernandes.

O eurodeputado do PSD assumiu-se, *"convictamente, otimista"* e confiante no futuro de Portugal e de uma União Europeia mais solidária. *"Os exemplos de sucesso dos por-*

tugueses que dão cartas no mundo inteiro e que são reconhecidos internacionalmente nas mais diferentes áreas pelas suas competências, nomeadamente na investigação científica, devem consolidar a confiança nas nossas capacidades", sustentou José Manuel Fernandes, defendendo sempre um ensino e uma investigação que, a par das pretensões das comunidades científica e académica, seja capaz de ajudar a economia europeia - e nomeadamente a portuguesa - a criar mais emprego e a vencer pela inovação no mundo global.

Votando à condenação de qualquer proposta ou ideologia que passe por um país fechado e isolado, o eurodeputado contrapôs com a necessidade de um *"país responsável"*, sobretudo na gestão das contas públicas, capaz de *"conquistar maior competitividade, de forma a aproveitar este espaço europeu de 500 milhões de pessoas, que afinal representam apenas 7% da população mundial"*. Ainda assim, é esta Europa que detém o maior PIB do mundo. E sublinhou ainda que *"são estes 7% da população mundial que beneficiam de 50%*

das despesas sociais em todo o Mundo".

Neste contexto de competitividade europeia e global, José Manuel Fernandes apontou a **mobilidade dos jovens** como *"uma oportunidade de reforço da valorização de competências e experiência, que pode e deve ser usada a favor de um Portugal melhor"*. **"Temos licenciados procurados nos países mais diversos da UE por serem mais qualificados e competentes"**. Temos também de aproveitar essa mobilidade como uma oportunidade para consolidação de conhecimentos, competência e experiência desses jovens portugueses, que queremos que regressem para ajudar Portugal na construção de um país sustentado num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. E um **país gerido com rigor orçamental, responsável e também solidário com as gerações futuras**, porque não está disponível para aventuras ainda mais endividadoras que apenas onerarão ainda mais as novas gerações futuras - ou seja, os nossos filhos e netos", o Eurodeputado do PSD. 

"Portugal impõe-se à Europa"

Revista VISÃO: "Eurodeputado português impede perda de receitas de 37,6 milhões de euros e da importância estratégica do País."

Nada é definitivo nesta história, que está longe de ter um fim à vista. **Mas como é com pequenas batalhas que se ganha a guerra, a intervenção de um eurodeputado português no processo de decisão do céu único europeu merece ser contada.** Porque **sem ter qualquer responsabilidade formal sobre o caso, acabou por evitar que Portugal perdesse importância estratégica no Atlântico Norte e poder de decisão na definição de taxas que permitem arrecadar, anualmente, 37,6 milhões de euros.**

Nuno Teixeira (PSD) conseguiu convencer a Comissão de Transportes do PE que a inclusão da região do Atlântico Norte (região de Santa Maria) no céu único europeu (como propunha a Comis-

são Europeia), **violava o direito internacional.** A sua argumentação foi fundamentada no facto da gestão dos 5,1 milhões de quilómetros quadrados de espaço aéreo do Atlântico Norte ter sido atribuída a Portugal pela Convenção de Chicago, nos anos 40 do século passado. E **como esse espaço não é território português, não poderia ser incluído na nova arquitectura do sistema de controlo do tráfego aéreo da Europa, sob pena de se cometer uma ilegalidade e de estar a prejudicar Portugal em prol da Europa.** Após votação na Comissão dos Transportes (a 30 de Janeiro), a proposta ainda terá de ser votada no Plenário Europeu (a meados de Março), mas não é crível que a posição venha a ser alterada. Depois, será debatida entre os Estados-Membros no Conselho Europeu. Mas os desentendimentos,

neste dossiê, são tantos, que é improvável alguém se deter sobre este pormenor.

Prestígio português

"A NAV regozija-se pelo facto de o Parlamento Europeu ter excluído a Região do Atlântico Norte (NAT) do céu único europeu", disse à VISÃO o seu presidente Luís Coimbra. *"Não por causa das taxas ou de dinheiro, mas porque o contrário seria uma afronta do Direito Internacional. Os regulamentos comunitários não se podem sobrepor ao direito Internacional e à Organização Internacional de Aviação Civil, composta por 43 estados"*. A NAV, diz, tem uma posição estratégica: *"é charneira entre a Europa do Sul, a América e África. A posição de Santa Maria é a única que faz fronteira"*. *"E Portugal não beneficiaria em abrir mão dessa posição"*. 

Eurodeputada Regina Bastos, no plenário de Estrasburgo, defende reprogramação de fundos a favor do Emprego



Os Fundos Estruturais não gastos devem ser reprogramados a favor de programas de emprego e de apoio às pequenas e médias empresas.

A Eurodeputada do PSD **Regina Bastos** defendeu na sessão plenária de Estrasburgo que **“o pior já passou”** e que **“a consolidação orçamental e as reformas estruturais estão a criar bases para o relançamento da Economia”**.

Falando no debate sobre o *“Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Aspectos Sociais e relativos ao Emprego na Análise Anual do Crescimento para 2014”*, a deputada social democrata destacou que **“a priori-**

dade é acabar com o desemprego”. Regina Bastos referiu na sua intervenção que **“já se vêem indicadores económicos positivos na União Europeia”** e que em Portugal **“a taxa de desemprego recuou pelo décimo mês consecutivo e o emprego cresce há três trimestres seguidos”**. Para a eurodeputada, *“a economia já está a crescer e Portugal já concretizou grande parte da sua agenda para as reformas”*.

“Face a estes dados positivos, Portugal irá concluir o programa de assistência no próximo mês de maio. Esta tem sido uma etapa difícil para os nossos cidadãos portugueses que têm sabido corresponder com grandes sacrifícios

e elevado sentido patriótico para re-mediatar políticas erradas do passado” – declarou Regina Bastos no plenário de Estrasburgo.

A eurodeputada do PSD defendeu a importância de a Comissão continuar **“a ajudar os Estados Membros a fazer mais investimentos na educação, investigação e inovação e na energia para aumentar a competitividade e produtividade”**.

A terminar a sua intervenção, Regina Bastos referiu que **“os Fundos Estruturais não gastos devem ser reprogramados a favor de programas de emprego e de apoio às pequenas e médias empresas”**. 

Carlos Coelho aplaude novas medidas na melhoria do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça Europeia

O Parlamento Europeu debateu em Estrasburgo o relatório Ludford sobre a **revisão do mandado de detenção europeu** e o **relatório Melo** sobre a **decisão europeia de investigação em matéria penal**.

Carlos Coelho interveio no debate em nome do Partido Popular Europeu referindo que tanto o mandado de detenção europeu como a decisão europeia de investigação em matéria penal *“são, sem dúvida, instrumentos importantes na prossecução da defesa da Democracia e do Estado de Direito”: não conseguimos falar da credibilidade da Justiça sem uma justiça independente, equitativa, eficaz, imparcial, justa e que funcione dentro de prazos razoáveis”*.

O combate eficaz contra a criminalidade transnacional grave requer mecanismos mais eficientes que possam garantir que a abertura das fronteiras não seja aproveitada por quem procura fugir à justiça.

O social-democrata afirmou que *“para muitos de nós, a implementação do mandado de detenção europeu contribuiu de forma significativa para tornar mais céleres os processos de entrega na União e constituir, assim, o pilar do reconhecimento mútuo de decisões judiciais em matéria penal”*, não obstante as inúmeras críticas a que têm sido alvo e os enormes desafios (agravados pela natureza incompleta e desequilibrada do espaço de justiça penal da União).

As lacunas a nível legislativo têm gerado interferências desproporcionadas nos direitos fundamentais dos suspeitos e acusados, conduzindo a práticas inconsistentes nos Estados-Membros, no que diz respeito às garantias legais e à protecção contra as violações dos direitos fundamentais, causando incerteza e comprometendo a confiança mútua. São exemplos a não inclusão explícita de garantias dos direitos fundamentais ou a verificação da proporcionalidade, aliadas



a uma implementação incompleta e inconsistente da lei europeia.

Carlos Coelho congratulou-se pois, com as propostas da relatora Sarah Ludford para a definição de normas mínimas em matéria de direitos processuais dos suspeitos e acusados, bem como de uma medida transversal que permita definir princípios aplicáveis a todos os instrumentos de reconhecimento mútuo, de forma a assegurar um maior equilíbrio no espaço de justiça penal da UE.

O eurodeputado, Membro efectivo da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos aproveitou igualmente, para felicitar o Deputado **Nuno Melo** pelo seu trabalho no dossier sobre a Decisão Europeia de Investigação que terá, assim, um âmbito horizontal, **aplicando-**

-se a todas as medidas de investigação que visem recolher elementos de prova.

Este novo instrumento global de obtenção de elementos de prova nos processos com dimensão transfronteiras, com base no princípio do reconhecimento mútuo, deverá permitir substituir o actual enquadramento para a recolha de elementos de prova, que é demasiado fragmentado e complexo.

Carlos Coelho ressaltou que *“uma das razões do insucesso do antigo mecanismo foi a circunstância condenável de apenas 2 Estados-Membros o terem implementado”* e desejou que *“a situação seja agora diferente e que exista um melhor controlo da falta de implementação da legislação comunitária por parte dos Estados-Membros”*. 

Investigação industrial e tecnológica é prioritária para a dinamização da economia

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** em visitas ao CITEVE e ao CeNTI, valorizando a excelência da investigação ao serviço da economia e da indústria portuguesa. O Citeve é um dos centros tecnológicos e de investigação têxtil mais avançados no mundo e responsável pela inovação, evolução e competitividade das indústrias têxtil e do vestuário de Portugal. O CeNTI é um centro especializado na nanotecnologia e nos materiais inteligentes, a introduzir com sucesso tecnologias de ponta na indústria portuguesa.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes aponta a investigação ao serviço da indústria e a prestação de **serviços de alta qualidade para as empresas como uma área prioritária de investimento, designadamente ao nível da aplicação dos fundos europeus**. Uma posição que é sustentada na importância estratégica de dinamização da economia e competitividade das empresas, tendo sempre em vista a criação de emprego.

Em visitas ao CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal e ao CeNTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Inteligentes, instalados em Vila Nova de Famalicão, José Manuel Fernandes apreciou com satisfação o trabalho desenvolvido naquelas instituições, que se assumem como dos centros tecnológicos e de investigação mais avançados no mundo. **"Na verdade, o CITEVE traduz-se numa mais-valia para a economia e assume um papel relevante na grande evolução que a indústria do setor têxtil e vestuário em Portugal conseguiu concretizar para recuperar posições de liderança no mercado global, assumindo-se hoje como uma indústria que se diferencia pela capacidade tecnológica e de inovação, aliada à qualidade"**, refere o Eurodeputado.

No âmbito de uma visita às instalações do CITEVE, acompanhado pelo diretor-geral Braz Costa - que é também o CEO do CeNTI, o eurodeputado constatou **"a excelência de duas instituições que colocam a investigação e o saber ao serviço das empresas"**.



"É este posicionamento estratégico que permite assegurar uma ligação mais estreita e efetiva entre a investigação e os interesses das empresas", sustentou José Manuel Fernandes, referenciando o CITEVE e o CeNTI como "promotores da inovação e fornecedores de valor acrescentado, reforçando a competitividade das empresas portuguesas no mercado global".

"A investigação académica é importante e tem de ser reforçada, mas é complementada com a investigação direcionada para a aplicabilidade mais imediata na indústria", defendeu o Eurodeputado, num desafio apoiado por Braz Costa.

O Eurodeputado salientou com particular interesse a capacidade do CITEVE e do CeNTI na captação de fundos europeus geridos centralmente pela Comissão Europeia, nomeadamente nos programas de investigação. Trata-se de duas instituições privadas que "não

*estão à espera dos fundos geridos diretamente por Portugal e que com ambição e qualidade competem e **têm sucesso nas candidaturas que são à escala da União Europeia**".*

"Com uma postura altamente proativa, o CITEVE consegue parcerias de grande qualidade que lhe permitem ser um exemplo nas candidaturas que tem apresentado aos programas de investigação que são geridos centralmente pela Comissão", anotou José Manuel Fernandes, realçando também "o trabalho de enorme qualidade e a visão estratégica do Eng.º Braz Costa".

Nesse âmbito, José Manuel Fernandes destacou igualmente o trabalho do CeNTI, uma instituição que avançou para a investigação ao nível da nanotecnologia e materiais inteligentes, reconhecendo **"os serviços altamente qualificados, que são do melhor que há no mundo"**. 

Lenços de Namorados encantam Parlamento Europeu

O Eurodeputado José Manuel Fernandes acolheu iniciativa de promoção dos Lenços de Namorados, com o Município de Vila Verde e a Cooperativa Aliança Artesanal. Uma tradição capaz de dinamizar a economia, criar emprego e valorizar o território.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes foi anfitrião de uma jornada de promoção e valorização dos **Lenços de Namorados**, levada a cabo no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Em colaboração direta com o Município de Vila Verde, a iniciativa **"Europe, all about Love!"** desafiou o Parlamento Europeu e os seus Deputados e colaboradores dos 28 Estados-Membros a conhecerem e até aprenderem a bordar os Lenços de Namorados.

O trabalho e a aposta do município de Vila Verde nos Lenços de Namorados, como elemento-chave e catalisador de uma estratégia global de dinamização da economia local, foram apontados no Parlamento Europeu como *"exemplo do forte impacto que uma tradição e marca identitária de um território pode representar para a economia e a criação de emprego, numa Europa que vale mais pela sua grande diversidade"*.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes e a sua colega alemã **Monica Hohlmeier** sublinharam precisamente a importância da diversidade regional para o desenvolvimento da União Europeia, que tem procurado disponibilizar recursos para a preservação e valorização das tradições locais, como fator de desenvolvimento das regiões e de reforço da coesão territorial da UE.

Neste evento promovido pelo Eurodeputado José Manuel Fernandes, o Município de Vila Verde esteve representado pela Vereadora da Educação, Cultura e Ação Social, Júlia Fernandes, acompanhada por bordadeiras da Aliança Artesanal que, ao longo do dia, no interior do parlamento Europeu, deram a oportunidade a várias pessoas de diversas nacionalidades de bordarem um pequeno Lenço de Namorados que puderam levar consigo.

Nesta jornada – em que foram também oferecidos Lenços de Namorados às Deputadas portuguesas dos diferentes partidos no Parla-



mento Europeu – foram muitos os europeus que fizeram questão de enaltecer a beleza e a qualidade dos diversos produtos **"Namorar Portugal"** que foram desenvolvidos sob inspiração nos Lenços de Namorados.

José Manuel Fernandes: uma tradição que gera emprego e cria riqueza

Na sessão oficial de apresentação do evento, o eurodeputado José Manuel Fernandes não escondeu *"a satisfação e o orgulho"* por ter podido promover a exposição dos Lenços de Na-

morados no Parlamento Europeu. Fez questão de salientar que *"são elementos de uma tradição secular que transportam os valores da solidariedade e da amizade. Mais do que nunca, a União Europeia precisa destes valores"*.

"Hoje, os Lenços de Namorados e os seus motivos inspiram a arte, a cerâmica, o têxtil e calçado, a alta-costura, entre muitas outras áreas de atividade. Geram emprego e criam riqueza. A UE também precisa, neste momento, de tudo fazer para melhor dinamizar a economia de forma a promover emprego, e deve para isso mobilizar os seus recursos", defendeu o assumido *"Eurodeputado do Minho"*.

Neste contexto, frisou que *"o empreendedorismo, sobretudo feminino, tem permitido a criação de emprego"*.

No que toca à valorização dos Lenços de Namorados e dos seus motivos, José Manuel Fernandes destacou que *"a inovação é uma constante, como provam os novos produtos 'Namorar Portugal', de grande sucesso"*. Por isso, concluiu que *"raízes, tradição, inovação, modernidade e emprego andam de mãos dadas"*.



Júlia Fernandes: loja online com mais de 5.000 visitas

Na qualidade de representante do Município de Vila Verde e presidente da Cooperativa Aliança Artesanal, a **vereadora Júlia Fernandes** aproveitou para testemunhar que “a marca **‘Namorar Portugal’** tem um potencial fantástico e uma força mobilizadora enorme”.

“Tendo por base os Lenços de Namorados e as suas escritas de amor, muitos têm sido os produtos lançados no mercado com elevado grau de sucesso. A loja online **www.namorarportugal.pt** conta já com mais de 5.000 visitas e tem já potenciado muitas oportunidades de negócio”, revelou a autarca vilaverdense.

Relativamente à iniciativa **“Europe, all about Love!”** no parlamento Europeu, **Júlia Fernandes** explicitou que o objetivo foi “mostrar à Europa a força das nossas tradições e o trabalho desenvolvido em Vila Verde, gerando notoriedade para o território e atraindo um número cada vez mais significativo de visitantes e gerando novos negócios, que contribuem para a dinamização do tecido económico local”.

Esta iniciativa – a que crescem as entregas de Lenços de Namorados aos presidentes da Comissão Europeia, **Durão Barroso**, e do Parlamento Europeu, **Martin Schulz** – insere-se numa ação de internacionalização da marca **‘Namorar Portugal’** e de todos os produtos associados, de forma a “promover a região e a criar uma maior notoriedade do território”. 

Monica Hohlmeier: oportunidade de divulgar belíssima tradição

Por seu turno, a eurodeputada e ex-ministra da educação alemã Monica Hohlmeier destacou a sua satisfação por ter sido possível, de uma forma tão elucidativa e prática, evidenciar no Parlamento Europeu como “as tradições e a cultura devem ser potenciadas”.

“Já fui ministra da Educação na Alemanha e, por isso, **reconheço a importância das tradições e da cultura local**. Já estive em Vila Verde e tive a oportunidade de visitar a cooperativa Aliança Artesanal e de conhecer esta **belíssima tradição dos Lenços de Namorados**, que permitiram inspirar o lançamento de novos produtos, o que prova o potencial da iniciativa e a certeza de que vai continuar a crescer”, declarou Monica Hohlmeier.

Dando conta da oportunidade da iniciativa, a eurodeputada deixou uma forte mensagem de felicitações: “Parabéns a todos os intervenientes e ao meu colega José Manuel Fernandes, por proporcionar um momento tão especial e de tão elevado valor cultural no Parlamento Europeu”.

Rangel reúne Barroso e Juncker

Encontro teve lugar no âmbito da Cimeira de líderes parlamentares PPE que decorreu em Bruxelas.

O Vice-presidente do Grupo PPE, Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, e cabeça de lista da coligação Aliança Portugal, **Paulo Rangel**, juntou em Bruxelas o Presidente da Comissão, **Durão Barroso**, e o candidato apresentado pelo PPE à presidência da Comissão, **Jean Claude Juncker**, naquela que é a 20ª Cimeira de Presidentes de Grupos Parlamentares do PPE.

Paulo Rangel fez o discurso de abertura e encerramento. Em cima da mesa estiveram assunto sobre a preparação das eleições europeias de Maio.

Paulo Rangel na qualidade de Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelas relações com os Parlamentos Nacionais e a Estratégia de Comunicação organiza desde 2009 as Cimeiras de Presidentes de Grupos Parlamentares do PPE.

Participaram na reunião diversos cabeças de lista do PPE tais como Othmar KARAS (**Áustria**), Marianne THYSSEN (**Bélgica**), David McALLISTER (**Alemanha**), Valdis DOMBROVSKIS (**Letónia**), Alain LAMASSOURE (**Ile de France**), Dánuta HÜBNER (**Polónia**), Jim HIGGINS (**Irlanda**), e Esther de LANGE (**Holanda**).

Além do Presidente do PPE, Joseph Daul, entrevistaram na Cimeira o Ministro-adjunto da Chanceler alemã, Peter ALTMAYER, o Comissário Antonio TAJANI e o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Iñigo MENDEZ de VIGO. A reunião de trabalho decorreu no Parlamento Europeu em Bruxelas. 

Brasil entra no Parlamento Europeu

Paulo Rangel convence Parlamento Europeu a criar Delegação União Europeia- Brasil

O Deputado português foi o autor da iniciativa política que levou à criação da delegação inter-parlamentar União Europeia- Brasil.

Pela primeira vez, desde que Portugal aderiu à União Europeia, o Brasil terá uma delegação inter-parlamentar específica.

As diligências para a criação de uma delegação inter-parlamentar União Europeia Brasil iniciada há 3 anos pelo Deputado ao Parlamento Europeu, Paulo Rangel, chegaram ao fim com a aprovação pelo Parlamento Europeu da criação da delegação inter-parlamentar União Europeia- Brasil.

O Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, **propôs a criação de uma delegação inter-parlamentar União Europeia-Brasil** depois de ter identificado uma **“lacuna política”** no âmbito da União Europeia que no entender do Deputado **“originava do ponto de vista interno da UE, uma situação de assimetria institucional”** com o Conselho e a Comissão.

Paulo Rangel referia-se ao facto de quer o Conselho, quer a Comissão Europeia terem instrumentos próprios para o acompanhamento da Parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil.

O Deputado sempre considerou que o **Brasil devia ter um “lugar próprio”** no âmbito da União Europeia e por essa razão considera que a criação da Delegação é **“um**



acto de justiça”.

Num documento que o Deputado preparou para a Presidência do Grupo PPE em 2011 com o objectivo de sustentar a criação de uma delegação inter-parlamentar autónoma do Mercosul, Paulo Rangel recordava que o Brasil **“foi um dos primeiros países com que a Europa estabeleceu relações diplomáticas, com o intercâmbio de missões diplomáticas formais em 1960. Além disso entre os “BRIC” (Brasil, Rússia, Índia e China), é o país com o qual a UE tem maior afinidade de valores e é o único destes países que tem uma língua comum com um país da UE (o por-**

tuguês). Do ponto de vista económico, e tendo em consideração o PIB gerado pelo Mercosul, o Brasil destaca-se amplamente. Representa 75% do PIB do Mercosul.”

Paulo Rangel recorda ainda que estas são **“razões incontestáveis”**, e se não bastassem, o Brasil é hoje o mercado mais importante da UE na América Latina e um elemento crucial de ligação da UE à África, em particular à **África Lusófona através da CPLP.**

Desde 2011 Paulo Rangel deslocou-se diversas vezes a Brasília para estabelecer relações institucionais com deputados nacionais e autoridades locais brasileiras. 